

GT62: Perspectivas decoloniais na antropologia dos patrimônios

Izabela Tamaso, Simone Vassallo

Os recentes debates e performances culturais em torno da restituição de objetos, ressignificação de monumentos públicos e reparação dos crimes contra a humanidade promovidos pelo empreendimento colonial, apontam para a centralidade emergente das perspectivas decoloniais na antropologia dos patrimônios. Os patrimônios culturais são constituídos a partir de conflitos, tensões e jogos de força que expressam não só a sua polissemia, como também profundas estruturas de dominação. Espera-se observar os processos de patrimonialização e os conflitos que os atravessam, chamando a atenção para persistentes estruturas de dominação e mecanismos de silenciamento de grupos não hegemônicos, seja no plano interno nacional, seja no plano internacional. Pretende-se refletir sobre os patrimônios que marcam histórias e memórias de dor e sofrimentos como a escravidão, as guerras, os genocídios e a tortura. Como a herança colonial, escravocrata e violenta se faz sentir nos mais diversos tipos de patrimônios: coleções, sítios arqueológicos, centros históricos, museus, monumentos? Quais as ações desenvolvidas pelos próprios grupos subalternizados em suas lutas por reconhecimento, reparação e justiça? Como se expressam as suas formas de contestações, emoções e sofrimentos? Qual papel têm os patrimônios nos processos de reparação dos crimes contra a humanidade e na garantia dos direitos humanos, cidadania e democracia?

Prática de coletar água mineral: patrimônio imaterial dos povos das águas.

Autoria: Mariana Gravina Prates Junqueira, Lucas Canestri de Oliveira, Ana Paula Lemes de Souza

O ato de coletar água mineral nas fontes de Caxambu, no sul de Minas Gerais, tornou-se patrimônio cultural e imaterial do município, em uma iniciativa inédita no Brasil. Essa foi a primeira vez que a prática de coletar água nas fontes ganhou esse status. A pesquisa que fundamentou o registro da coleta de água mineral como patrimônio imaterial foi desenvolvida no âmbito de um programa de pós graduação e defendida como tese. A pesquisa analisou como a prática cultural de coletar água mineral pode refletir horizontes consensuais herdados culturalmente. A coleta de dados foi realizada por meio de revisão bibliográfica, observação participante e entrevista semiestruturada. A pesquisa de campo foi realizada entre setembro de 2018 a março de 2019 nos municípios de Cambuquira, Lambari e Caxambu, e foram entrevistados 108 coletores de água mineral, além da pesquisa qualitativa realizada em 2020 e 2021 pela diretoria de cultura de Caxambu. O dia a dia e as conversas informais com outros coletores e não coletores, foram anotadas no caderno de campo. As informações coletadas foram sistematizadas e submetidas à análise de conteúdo. Após a tipificação e análise comparativa de cinco períodos históricos, bem como da análise qualitativa de cinco situações colhidas durante a imersão no campo, concluiu-se que a prática da coleta de água mineral reflete pelo menos cinco horizontes consensuais históricos que vão se acumulando no mundo da vida. O primeiro consenso social caracteriza-se por um subjetivismo animista, o segundo caracteriza-se por uma racionalidade mística-religiosa, o terceiro pela racionalidade pré-científica mercantilista, o quarto pela racionalidade naturalista-positivista e o quinto possui características ecológicas, científicas e afetivas. Apesar desse estoque de saberes que caracteriza o patrimônio imaterial e do trabalho social acumulado que originou e ainda preserva o patrimônio material, os subsistemas econômicos e burocrático insistem na colonização do mundo da vida e mantem excluídas as comunidades das tomadas de decisão, impondo critérios e procedimentos que desqualificam outras formas de compreensão da realidade natural e humana, para continuar drenando os recursos gerados pelo extrativismo mineral para a elite de plantão.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

